

CASA MENINA MULHER HÁ MAIS DE UMA DÉCADA NA CIDADE DO RECIFE (PE) CONSTRUINDO HISTÓRIAS

Maria Cristina Tavares ¹
Fabiana Cristina da Silva ²

RESUMO

O presente trabalho visa historicizar a fundação da Casa Menina Mulher (C.M.M.) que há mais de duas décadas está presente na cidade de Recife-PE, perpassa nesse diálogo, questões sobre gênero e educação no âmbito social. Buscamos compreender a partir de estudos teóricos e pesquisa empírica, a importância do atendimento exclusivo ao público feminino. Entrelaçando assim, o sentido histórico, social, político, pedagógico e cultural da instituição. A C.M.M. respalda o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) com a Cultura Popular e a Arte, fomentando nas “meninas mulheres” a construção identitária e de cidadania. O estudo baseou-se teórica e metodologicamente na Nova História Cultural, corrente francesa da Nova História que, por suas prerrogativas, possibilitou o estudo de temas anteriormente não reconhecidos pela história tradicional. Quanto a questão de “Gênero” que aqui faz-se necessária, recorreremos a estudo específico, bem como, no contexto de educação não escolar e aportes culturais. Concluímos, portanto, frente as narrativas de seis interlocutoras que corporificaram esse trabalho, que a instituição por meio de planejamento, ampliação de técnicas e conhecimentos construídos em equipe, vem desenvolvendo ao público feminino que atende, atividades pedagógicas que envolvem aspectos sociais, culturais e afetivos, além de contribuir com a (re) construção identitária e de novas histórias.

Palavras-chave: História, Realidade Social, Educação, Questões de Gênero.

INTRODUÇÃO

Única instituição com proposta socioeducativa específica para crianças, adolescentes e jovens do público feminino na cidade do Recife. A Casa Menina Mulher também representada pela sigla C. M. M. constitui-se uma organização não governamental, de Direito Privado e sem fins lucrativos, regida por disposições estatutárias transcritas em documento registrado em cartório. Com sede estabelecida na Rua Leão Coroado, n. 55, bairro da Boa Vista-Recife-PE, a C.M.M. pauta-se nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e da eficiência no desenvolvimento das suas atividades.

Quando abordamos sobre a fundação de uma instituição percebemos que um movimento entre o antes e o agora faz-se necessário, “Embora o momento atual [...] não seja senão uma perpétua evanescência., a fronteira entre o presente e o passado não se desloca por isso num movimento menos constante” (BLOCH, 2001, p.61). Assim, desde a sua fundação,

¹ Mestranda em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco – PE, maria.ctavares19@hotmail.com;

² Doutora em Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco - PE, fabianadedufrpe@gmail.com;

ou desde a “ideia” de fundação, materializou-se em um único “ser”, o Ser M-U-L-H-E-R. Louro (2010) mostra que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características são representadas numa dada sociedade e em um dado momento histórico, para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres e tudo que socialmente se construiu sobre os sexos.

As razões pelas quais suscitaram a fundação de uma instituição para atendimento ao público feminino, se deram pela visível vulnerabilidade social enfrentada pela condição econômica que as tornam ainda mais vulneráveis, por serem mulheres. Condições impostas também por um contexto sociocultural, aqui explicitado por meio das narrativas de depoentes e registro documental. Tendo nos documentos conforme aponta Le Goff (2013) um importante registro da memória coletiva.

Dessa forma, esse artigo tem como objetivo historicizar a fundação da Casa Menina Mulher (C.M.M.), e a compreensão sobre a importância de uma instituição social atender exclusivamente ao público feminino. Implicando assim, na necessidade de aprimorar os conhecimentos teóricos para problematizar o contexto educacional, as peculiaridades que emergem as questões de gênero e a compreensão das questões políticas e sociais intrínsecas a uma sociedade constituída pelo patriarcado.

A primeira corrente teórica que possibilita a análise de uma instituição das narrativas de mulheres que fundaram e que ainda fazem parte da C.M.M. é a Nova História Cultural, corrente francesa da Nova História³ que, por suas prerrogativas, possibilitou o estudo de temas anteriormente não reconhecidos pela história tradicional⁴, como no nosso caso a história de uma instituição feminina. A Nova História pode ser definida, como afirma Burke (1992), “[...]por um movimento unido, naquilo que se opõe” (p.10).

A Nova História não concorda que a história seja essencialmente política, acredita que toda a atividade humana é objeto da história. Tudo em uma história de acordo com (BURK,1992, p.11)⁵ tem um passado que pode ser reconstruído e relacionado com o período em que existiu.

³ Corrente teórica que teve seu momento inicial em 1992, na França, onde foi fundada a revista “*Annales d historique économique et sociale*”. Essa revista foi planejada para exercer uma liderança intelectual nos campos da história social e econômica. No corpo editorial, além de historiadores, tinha um geógrafo, um sociólogo, um economista e um cientista político. A insatisfação de Marc Bloch e Lucien Febvre, líderes dessa chamada “*revolução historiográfica*”, com a história política que dominava o panorama historiográfico desde o século XIX provocou a criação dessa revista, que posteriormente se configurou como uma escola teórica conhecida como *Escola dos Annales*.

⁴ Também conhecida como história positivista, ou a “história vista de cima”.

⁵ Usando a expressão do cientista J. B. S. Haldane.

A ampliação das fontes é outra grande contribuição da Nova História. Até então, o paradigma tradicional só validava a história feita através de documentos oficiais certificadamente originais e escritos. A Nova História, ao se propor analisar uma maior variedade de atividades humanas, tornou necessário também analisar diversos tipos de fontes que dessem conta de responder mais diversamente às novas questões.

Ao objetivar falar do passado compreendemos que o ponto de partida de toda pesquisa histórica não é o passado propriamente dito. A importância de uma instituição exclusivamente feminina com objetivos de socialização e de caráter educativo, nos remete aos pressupostos de Louro (2001):

Coloca-se aqui, no meu entender, uma das mais significativas marcas dos Estudos Feministas: seu caráter político. (...) assumia-se, com ousadia, que as questões eram interessadas, que elas tinham origem numa trajetória histórica específica que construiu o lugar social das mulheres e que o estudo de tais questões tinha (e tem) pretensões de mudança.

Considera-se, portanto, a relevância dos estudos feministas no tocante ao modo de inserção no mundo do trabalho, quanto ao corpo, prazer, no tocante a política e modos de inserção social. Estudos que impulsionaram a ampliação dessas discussões e tornaram possível a concretização das ideias, mudança e transformação nas vidas femininas.

Ao dirigir o foco para o processo educativo de caráter não formal⁶, constituído em ONGs e em outras ações coletivas, há consonância da instituição ora aqui apresentada com a discussão abordada por Gohn (2010), no sentido não só de conceituar e definir a educação não formal, quanto apresentar o campo e as demandas da educação não formal.

As práticas de educação não formal se desenvolvem usualmente extramuros escolares, nas organizações sociais, nos movimentos sociais, nas associações comunitárias, nos programas de formação sobre direitos humanos, cidadania, práticas identitárias, lutas contra desigualdades e exclusões sociais. Elas estão no centro das atividades das ONGs, especialmente no campo das artes e cultura (GOHN, 2010, p. 36).

Nesse sentido, a educação não formal, está muito associada a formação para a cidadania e para trabalhos que objetivam a emancipação social dos indivíduos, bem como, conscientizá-los

⁶ Abordando nomenclatura usada por Gohn(2010). Porém, cientes das discussões acerca dessa abordagem a luz de Afonso(1989) apud Gohn (2010), nos remetendo ao termo “ educação não formal “no sentido de educação em espaços não escolares”. Logo, em consonância com as reflexões e argumentos de ZUCCHETTI, Dinorá Tereza e MOURA, Eliana P. G. em: **EDUCAÇÃO ALÉM DA ESCOLA: ACOLHIDA A OUTROS SABERES**, por meio da simples utilização do termo “educação não escolar” para distingui-las daquelas que ocorrem no interior da escola.

dos direitos que lhes foram e continuam sendo negligenciados. Propósito esse, intrínseco a filosofia e nas ações desenvolvidas na C.M.M.

Corroborando com os aspectos culturais, sobretudo, aspectos da cultura popular que media as práticas educativas da instituição, Fávero (2010), aponta para a relevância desses aspectos culturais como instrumento de construção da autonomia e compreensão das diferentes manifestações culturais, rompendo assim, com a hegemonia cultural. “Por isso mesmo, um movimento de cultura popular é um movimento para a libertação do homem e só tem sentido na medida em que promover o homem não só como receptor, mas principalmente como criador de expressões culturais” (FÁVERO, 2010, p, 23). Pois: “A Cultura popular utiliza instrumentos [...] que se definem a partir das necessidades da comunidade à qual se destinam [...] utilizando motivações adequadas a realidade” (FÁVERO, 2010, p, 24).

Dessa forma, Fávero além de apresentar a ideia de cultura e especificamente a cultura popular, se preocupa em apresentá-la como um objeto mediador do ensino e da aprendizagem que pode ser sistematizado. Fato esse, apresentado pela C. M. M. por meio das narrativas das interlocutoras e da documentação analisada.

METODOLOGIA

A entrevista é no caso em que os indivíduos da pesquisa se encontram vivos, a melhor maneira de se observar alguns indícios sobre o processo de construção e idealização de uma instituição. A entrevista com base na memória dos indivíduos ou de grupos sociais que viveram em um determinado tempo histórico e cronológico só pôde ser utilizada e valorizada como uma fonte de pesquisa científica, principalmente no campo histórico, a partir do surgimento dos Annales que possibilitou do alargamento das fontes que poderiam ser utilizadas. Recentemente, a partir desses pressupostos, é que se começou a utilizar a memória para se tentar reconstruir passagens históricas, assim como história de instituições.

Essa utilização se deve ao fato da história oral trazer várias e importantes reflexões teóricas e metodológicas necessárias a realização de pesquisas relacionadas a história e memória, entre trajetórias de vida e construção de biografias e autobiografias, entre a tradição oral e tradição escrita, além de outros aspectos que indicam a riqueza e o potencial que entendemos ser uma metodologia.

Alguns aspectos em relação a essa metodologia são amplamente discutidos entre seus estudiosos. O primeiro desses aspectos é a extensa discussão sobre qual é o status da história oral. Para alguns autores, a história oral é uma técnica, para outros uma disciplina e para muitos

uma metodologia. Concebemos, baseadas em Amado e Ferreira (1998), a história oral como metodologia por acreditarmos que ela estabelece e ordena procedimentos de trabalho, funcionando como ponte entre teoria e prática. Segundo estas autoras, as soluções devem ser buscadas nas teorias da história que pensam conceitos em relação à memória e outros temas que envolvem o trabalho com fontes orais. Sendo assim, tomamos nessa pesquisa as fontes orais para (re) construir essa história, em visita a instituição no período de fevereiro a maio de 2016. Pudemos constatar e compreender o trabalho exercido na casa por meio de entrevistas semiestruturadas que fomentaram as narrativas de seis interlocutoras inseridas na instituição

Assim foram ouvidas: a sócia fundadora e coordenadora executiva da instituição (M. L. S.), formada em Serviço Social, especialização em violência doméstica e pós-graduada em políticas públicas. A Presidenta e educadora social da casa (A. C. R.), também formada em Serviço Social, atua na instituição desde o ano da sua inauguração. Duas Jovens do Programa de qualificação profissional (Y. A. S.) de 19 anos, ensino médio e (M. S. B.) 21 anos, ensino médio. Foram ouvidas também duas crianças, (R. C. P.) de 7 anos e (j. I. S.) de 9 anos, ambas estudantes do ensino fundamental I. É importante ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas na Casa Menina Mulher, após o período de observação do espaço e análise documental acerca do Estatuto da instituição.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na sua entrevista, a sócia fundadora e coordenadora executiva da instituição, M. L. S. nos fala que de 1991 a 1994, era vinculada a outra instituição de atendimento misto a crianças e adolescentes que viviam em situação de rua. Ao sair da instituição em 94, se juntou a outras mulheres amigas, que também tinham experiência com trabalho institucional e assim, em 27 de janeiro de 1994⁷ fundaram a Casa Menina Mulher, considerado o maior desafio das suas vidas. Com proposta e objetivo de proteger, defender e dar apoio humanitário às crianças, adolescentes e as jovens atendidas pela casa, através de uma constante prática educacional que envolve formação pessoal e profissional. “*Éramos nove mulheres, decidimos atuar com a questão de gênero... foi uma escolha política mesmo. Naquela época a gente percebia que Recife, não existia um trabalho específico*” (M. L. S.).

Sobre esse aspecto Louro (2001) enfatiza que “O conceito de gênero pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas, representadas ou, como são

⁷ A data está em consonância com o Estatuto da Instituição que nos foi apresentado e analisado.

trazidas para a prática social [...]” (p.22). Nesse sentido, “Observa-se que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que já a constituem” (LOURO, 2010, p.23).

A proposta de formação relacionada às especificidades de gênero, permitiu as idealizadoras da C. M. M. traçarem um planejamento com propostas pedagógicas entrelaçadas com a cultura popular para junto às educandas, desenvolverem atividades constitutivas de ações globais. No âmbito da proposta e motivação profissional, a C. M. M. iniciou suas atividades direcionando às meninas em situação de rua.

Sobre esse aspecto A. C. R. Presidenta e educadora social da casa, em seu depoimento enfatiza... *“trabalhamos inicialmente com meninas que estavam nas ruas do Recife... integrar essas meninas a sua comunidade a sua família”*. Segundo A. C. R., ao longo do tempo, deixaram de trabalhar com as meninas em situação de rua para trabalhar com as meninas da comunidade que tinham uma vivência de rua. [...] *vimos ao longo do tempo que era muito difícil essa menina que já estava nas ruas, voltar a sua residência... porque...já haviam rompido todos os vínculos com a família.* (A. C. R.).

E continua afirmando: *Então nós mudamos toda a estrutura para que essa menina não fosse para as ruas... não ficasse nas ruas... mendigando... trabalhando...a menina que vinha para cá, ela ia para a escola, depois vinha para cá e não tinha mais tempo de ir para as ruas* (A. C. R.).

Observa-se uma consonância e uma clareza quanto aos objetivos propostos visto no Estatuto da instituição, nas narrativas das duas depoentes. “O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza [...] avança depressa [...] suscita uma nova hierarquia mais ou menos implícita dos documentos” (LE GOFF, 2013, p. 491-492).

A partir do que a sócia fundadora chamou de reordenamento na instituição iniciado em 1998, passa-se a atuar em 2000, por meio de Programas⁸ (antes atuavam com projetos), estabelecendo assim, a continuidade dos objetivos da instituição, foram também desenvolvendo uma outra metodologia, de forma mais sistemática e duradoura.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

Complementação Escolar: Este programa atua com recortes da Cultura Popular e da Arte Educação, com o propósito da elevação escolar. As meninas inseridas neste programa,

⁸ O reordenamento mencionado nas narrativas, condiz com o Estatuto da Instituição reformulado, datado em 16 de fevereiro de 2005, no capítulo I, nos Artigos 2 e 3.

tem acesso a inclusão digital, oficina de leitura, Arte/pintura, Percussão e dança popular e recreação organizada. As ações contribuem para o desenvolvimento da cidadania, fortalecimento dos vínculos familiares, além de proporcionar a socialização.

Qualificação Profissional: Objetiva às adolescentes e jovens ingressar no mundo do trabalho com competência, através de conhecimentos e técnicas específicas da sua formação. Os cursos oferecidos por esse programa são na área de: Assistente administrativo, Atendimento ao cliente, Mercado gráfico, Guia de informações turísticas.

Em relação ao programa de *Complementação Escolar*, foram ouvidas duas crianças, J. I. S. de 9 anos e R. C. P. 7 anos. Em seus relatos ficam bastante explícitas as atividades oferecidas nesse programa. J. I. S. que mora próximo a instituição no bairro dos Coelhos, está na casa desde que tinha 5 anos. Participa do programa da C. M. M. no horário da manhã, por estudar na rede regular de ensino (Rede Municipal) no horário da tarde. Ela nos fala das atividades pedagógicas que está inserida. “*Eu tenho aula de informática, que é aula de mexer nos computadores... aula de dança, aula de percussão, aula de Ballet e aula, de pintura... aula de... teatro*” (J. I. S.)

Quanto a R. C. P. 7 anos, mora na comunidade do DETRAN, também participa das atividades no turno da manhã, está na casa há pouco mais de um ano. Relata a sua participação em todas as atividades do programa e diz ser muito bom o período que passa na Casa. “*Aqui eu aprendo coisas que ainda eu não sei*” (R. C. P.)

Visando intensificar ainda mais a dimensão educativa a C. M. M. ampliou sua ação com o Programa de Qualificação Profissional para as jovens entre 16 e 24 anos. Dura em média 5 meses e não é restrito às adolescentes e jovens apenas das comunidades vizinhas, atende também, áreas mais distantes.

“*A gente percebeu que as meninas chegavam a certa idade... já haviam passado pelo programa inicial da casa... e precisavam construir projetos de vida... e a escola... geralmente não dá esse suporte*” diz M. L. S.

Sobre essa proposta de aprendizagem foram ouvidas duas jovens do Programa, que estão inseridas no Curso de Guia de Informação Turística. Ambas com ensino médio concluído, procuraram a instituição para fazerem o curso em fevereiro deste ano, a fim de se qualificarem para serem inseridas no mercado de trabalho, como também, ampliar seus conhecimentos.

O curso conta com professores de áreas específicas como Português, matemática, Inglês, ética, bem como, com atendimento psicológico e de assistência social e orientação profissional. Como pudemos constatar nos depoimentos de Y. A. S de 19 anos e M. S. B. 21

anos. *“São professores (as) muito qualificados, nos ajudam em tudo... as dificuldades que a gente tem... que a gente pensava que tinha... hoje em dia não temos mais”* (Y. A. S.)

Foi perceptível o entusiasmo também na fala de M. S. B., 21 anos sente-se muito estimulada e valorizada no curso e pela Casa, pela estrutura do curso e por possibilitar novas oportunidades que se não conseguiria em outro lugar sem precisar pagar. *“É muito importante estar aqui, ta sendo muito bom pra se qualificar, porque o mercado de trabalho...não basta apenas ter o ensino médio...tem que se qualificar, ter um diferencial”* (M. S. B.)

No debate da educação não formal no universo das práticas educativas, conforme acontece na C.M.M., Gohn (2010) afirma: *“A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do mundo, no mundo. Sua finalidade é abrir janelas de conhecimento sobre o mundo que circunda os indivíduos e suas relações sociais”* (GOHN, 2010, p.19)

Quanto a instituição atender só para o público feminino, as duas jovens consideram muito importante *“Hoje em dia as meninas estão se envolvendo muito com drogas...as vezes mais do que os meninos... infelizmente... e estando aqui, a gente tem outra perspectiva de vida”* (M. S. B.). Louro (2010) aponta para essa realidade, quanto a papéis desempenhados por meninas e por meninos.

Papéis seriam, basicamente padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar...através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.

Assim, entender Gênero como característica fundamentalmente social e relacional quanto ao desempenho de papéis, é desconsiderar a desigualdade e vulnerabilidade social que são submetidas as pessoas desfavorecidas economicamente. O desafio dessa discussão é romper a análise simplista ou redutora das questões sociais e as complexas redes de poder que permeiam o conceito de gênero.

O trabalho da C. M. M. está voltado integralmente para a melhoria das condições de vida das crianças, adolescentes e jovens do público feminino no âmbito social e cultural na construção das relações étnicas raciais e identitárias. Nesse sentido, o trabalho com a dança afro e a percussão são instrumentos de reconhecimento e valorização das suas raízes. Assim, o Grupo Arte Afro Menina Mulher⁹, criado em 1998 tem como objetivo, a valorização dos ritmos de origem afros.

⁹ Vale salientar que as informações explicitadas em relação ao Grupo Arte Afro Menina Mulher, são resultados da fala de A. C. R. (acima mencionada) e de fonte online www.overmundo.com.br/banco/grupo-arte-afro-menina-mulher. Acesso junho de 2016.

Profissionais ligados a arte e a cultura, nesse projeto realizam atividades com oficinas de dança popular, percussão, aula de canto e expressão corporal. “Nós trabalhamos a questão afro descendentes, e aí trabalhamos a música. A dança, a maquiagem, o cabelo... a beleza da negra”. Relata A. C. R. que acompanha o grupo na organização e nas diversas apresentações que realizou. Fávero (1983) alerta para a significação da cultura popular e diz: “É popular a cultura quando é comunicável ao povo[...]quando responde às suas exigências de realização humana em determinada época” (p.23).

A iniciativa de criação do grupo deu a C. M. M. o título de “Ponto Cultural”, ação do programa Cultura Viva¹⁰ do Ministério da Cultura, dessa forma o projeto passou a receber suporte financeiro e com o recurso foi possível desenvolver ações como compra de figurino e equipamentos para o grupo. No ano de 2007 o grupo ganhou o Prêmio Cultura Viva. O prêmio, além de intensificar o reconhecimento do trabalho cultural realizado pela instituição, possibilitou levar o grupo para participar do “Teia Cultural” em Belo Horizonte, considerado um marco para a instituição e para as meninas do grupo.

Devido a parceria com o MINC, não ter permanecido “pois projetos tem começo, meio e fim”, palavras citadas por A. C. R., o Grupo Arte Afro Menina Mulher teve suas atividades interrompidas durante um longo período. Tendo retornado em março de 2016, com aproximadamente 12 meninas.

Conforme registro no Estatuto da Instituição, e na fala da Sócia Fundadora, há também o Programa desenvolvido através do projeto “Criando Arte”. O Programa visa oportunizar a inclusão produtiva para aproximadamente 40 jovens, oferecendo formação na área do empreendedorismo, associativismo e do comércio solidário com a produção de peças artesanais diversas. Atualmente, a Casa Menina Mulher busca em sua proposta educativa prestar atendimento também às famílias das “meninas” que atende, com o propósito de aproximação dessas famílias na instituição e principalmente compreensão dos seus projetos de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos conhecimentos prévios, planejamento e ampliação de técnicas e conhecimentos mais aprofundados, a Casa Menina Mulher vem desenvolvendo ao longo de mais de duas décadas, atividades pedagógicas que envolvem aspectos sociais, culturais e afetivos. Buscando (re) construir novas histórias, na medida em que as questões políticas sociais

¹⁰ <https://pontodeculturahiphop.blogspot.com/2009/08/cultura-viva.html-acesso> agosto 2019.

atenderem superficialmente, ou, continuarem ignorando as subjetividades humanas nas suas singularidades.

Uma instituição exclusivamente feminina em uma comunidade popular pode assim, neste caso, ser vista como mais uma agência de inserção educativa e cultural que ajudou e ajuda meninas/mulheres a superar limites e barreiras que tornariam improváveis a sua permanência no sistema escolar ou sua inserção no mercado de trabalho. E as coloca fora das estatísticas que o sistema as classificavam e classificam de forma redutora e até mesmo naturalizando as ações de violência, abandono e negação dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de M. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BLOCH, M. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BURKE, P. (org.) *A escrita da história: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual paulista, 1992.

FÁVERO, Osmar, (org.) *Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60*-Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

GALVÃO, A. M. O. *Amansando Meninos: Uma Leitura do Cotidiano da Escola a partir da obra de José Lins do Rego (1980-1920)*. João Pessoa: Editora Universitária /UFPB, 1998.

GALVÃO, A. M. O. *Ler/ouvir cordéis em Pernambuco -1930-1950*. Belo Horizonte, 2000. Tese (Doutorado em Educação), Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da UFMG, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social*. São Paulo: Cortez, 2010

LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LOURO, G.L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2010.